

SENADOR DIZ QUE SÓ ESCÂNDALO TIRA REELEIÇÃO DE FHC

André Corrêa



“O TCU está dando ordens à nossa Casa, o que não pode acontecer. É um órgão auxiliar e tem que ser constitucionalmente o que sempre foi.”

Correio Braziliense — A reeleição do presidente Fernando Henrique está assegurada?

Antônio Carlos Magalhães — Sim. Praticamente. Não apareceu solução para se rivalizar com a sua candidatura. Isso fica muito claro nas pesquisas eleitorais: quando ele perde pontos, seus adversários não ganham. Depois, ele retoma os pontos e os adversários ficam no mesmo patamar. Fernando Henrique ganhará por ele e por seus adversários. Vai ganhar porque é competente e seus adversários não conseguiram sensibilizar a opinião pública.

Correio — O governador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi mais cauteloso. Disse que era muito cedo para assegurar a vitória.

ACM — Todos nós temos precauções naturais, que se amanhã houver uma infelicidade com o Plano Real ou algum escândalo, sobretudo do ponto de vista moral atingindo o governo, atinge Fernando Henrique. Ele não pode falhar em duas coisas básicas: na economia e nos aspectos morais da administração.

Correio — O que falta para garantir a vitória já no primeiro turno?

ACM — Se tivesse uma política de investimentos que gerasse emprego, a situação melhoraria ainda

mais. Entretanto, se conseguir manter a posição no estágio atual, terá uma vitória consolidada já no primeiro turno. A soma dos candidatos de oposição não tende a aumentar, e sim a diminuir. Se eles tivessem que apresentar alguma coisa para sensibilizar a opinião pública, já teriam apresentado.

Correio — Na Bahia, Paulo Souto faz governo com alto índice de popularidade. O que fez o PFL baiano optar pelo líder Luís Eduardo ao invés de Souto?

ACM — Fizemos um estudo e ficou demonstrado que era a vez de Luís Eduardo. O Paulo Souto teve a vez dele, se saiu muito bem e vem ser senador.

Correio — Já é um projeto para lançar Luís Eduardo para a sucessão presidencial em 2002?

ACM — Passando por um governo, Luís Eduardo será um político completo para se habilitar a uma eleição presidencial. Mas 2002, para mim, ainda é uma ficção. Temos que acabar 98. Há perguntas que precisam ser respondidas. Por exemplo: em 2002 Fernando Henrique será um grande eleitor? Poderá não ser. Até porque não tem sido uma tradição fazer o sucessor. Juscelino Kubistchek seria reeleito, mas não fez o general Lott. E assim por diante.

Correio — Por essa lógica,

2002 será a vez do PFL, já que, pela tradição, Fernando Henrique não conseguiria eleger um tucano?

ACM — Não temos isso. Essa aliança vai perdurar porque Fernando Henrique quer. O fiel dessa aliança é o presidente.

Correio — Então só existe comando com Fernando Henrique, porque a partir do momento que ele não for o candidato...

ACM — As coisas ficam diferentes. Salvo se ele demonstrar aberta e inequivocamente uma preferência. O que é possível, mas não é provável, porque não é bem o seu estilo.

Correio — Em relação à sucessão em São Paulo. O PFL deve apoiar Maluf ou ainda há chance de seguir com o governador Mário Covas?

ACM — A posição que for tomada na comissão regional do partido prevalecerá. Covas é um bom homem público, mas um bom candidato, eu não sei. Acho que Maluf é melhor candidato. Os preconceitos de Maluf são menores do que os de Covas. O governador achar, e eu sempre repito isso — você vai dizer que é em causa própria e é — que o líder do governo só pode ser do PSDB, é preconceito. O PSDB não é o partido majoritário. Isso feriu a mim e ao país. Ele exaltou Luís Eduardo como

uma grande figura pública, mas achava que ele não podia ser líder do governo.

Correio — A reforma ministerial deixou o PFL desconfiado em relação ao comando da campanha?

ACM — O comando da campanha não pode ser feito por presidentes de partido. Os partidos terão representantes que serão escolhidos pelos presidentes de cada sigla. Esse comando será o oficial. Mas na realidade não é assim que funciona. As vezes é um grupo invisível que comanda a campanha. E este é Fernando Henrique quem vai escolher. Um desses era o Sérgio (Motta), até porque era bem visível. O Sérgio poderia estar ausente no oficial e não seria nunca uma pessoa ausente no verdadeiro.

Correio — O que significa um eventual afastamento de Sérgio Motta do governo e da campanha?

ACM — Não é fatal. Mas faz falta. Uma grande falta para o presidente em particular e para nós todos. Porque muita vezes a gente não queria tratar um assunto com o presidente e tratava com o Sérgio. Ele sempre tomava uma posição de relativo equilíbrio. Algumas vezes ele extrapolava. Era quando o poder moderador do presidente vinha e consertava.

Correio — O senhor é candidato à reeleição?

ACM — Se os senadores quiserem. Dizer que eu tenho vontade, tenho. Mas dependo de várias circunstâncias. Muitos senadores vêm ao meu gabinete dizendo que querem que eu continue. Agora, é óbvio que eles dizem que querem porque sabem que me agradam. Senão, não iam dizer.

Correio — Na Câmara há uma lista de deputados cassáveis: Sérgio Naya, Pedrinho Abraão... O senhor acha que eles serão cassados?

ACM — Só sei que a ausência da cassação, sobretudo no caso Naya, será muito ruim para a imagem do Congresso, até mesmo do Senado, que não tem nenhuma culpa. Sempre que um fato afeta uma casa, afeta a outra.

Correio — Quais são as principais pendências aqui no Senado para ser votadas?

ACM — Temos a regulamentação dos planos de saúde e a questão da imunidade parlamentar. Já falei com os relatores da Câmara e do Senado para que se entendam para termos um projeto comum. Já conversei com o presidente (da Câmara) Michel Temer que não compreendeu bem no início. Mas acredito que hoje ele vai querer fazer uma coisa comum. O Congresso precisa reaver o seu poder.

Correio — Na prática, o que é preciso fazer para o Congresso reaver o seu poder?

ACM — O assunto que deve ser discutido imediatamente é se o Tribunal de Contas da União é ou não um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Correio — Mas o que tem de errado com o TCU?

ACM — O TCU sempre foi um órgão auxiliar do Poder Legislativo. E hoje ele se julga com maiores prerrogativas do que o Congresso. E isso não é certo. Esse caso de Pernambuco é um exemplo. Não digo que sou a favor ou contra o que foi feito. Mas o fato é que o Tribunal está dando ordens à nossa casa, o que não pode acontecer. Infelizmente, até os membros do Congresso que vão para lá passam a ser muito mais do TCU do que do Congresso que os colocou lá. Eu agora só voto em candidato do Tribunal de Contas que se comprometer a dar no TCU o prestígio do Congresso. E se não tiver nós vamos ter que fazer uma emenda constitucional reavendo o poder de colocar o Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Correio — Nesse caso específico de Pernambuco, em que o TCU proibiu a antecipação de receita da privatização da Companhia Elétrica estadual, foi através de uma consulta feita por um deputado do PFL, seu partido.

ACM — Eu não estou entrando no mérito desse assunto. Eu estou entrando no mérito que o Tribunal de Contas não pode orientar a ação do Congresso. Ele é que tem que ser orientado pelo Congresso.

Correio — E o que fez o TCU inverter essa orientação?

ACM — Foi a redação da Constituição de 1988, que entre os seus defeitos colocou mais este. Nela foi tirada a clareza do dispositivo que colocava o TCU como órgão auxiliar.